



Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários,
Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro

PORTARIA AGETRANSP SEI N.º 394 DE 14 DE JUNHO DE 2022

**CONSULTA PÚBLICA Nº 05/2022
- MINUTA DE RESOLUÇÃO QUE
"ESTABELECE PROCEDIMENTO
PARA REGISTRO DOS
REGULAMENTOS OPERACIONAIS
DAS CONCESSIONÁRIAS DE
TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS,
FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO."**

O CONSELHEIRO PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGETRANSP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com base no que consta do **Processo SEI-220008/000176/2020**, considerando:

- a decisão do Conselho Diretor na 20ª Reunião Interna Extraordinária, realizada no dia 17 de novembro de 2021 e;

- a necessidade e conveniência de viabilizar oportunidade para que a sociedade civil, as concessionárias reguladas e os órgãos de controle possam se manifestar a respeito da proposta de minuta com vistas ao seu aperfeiçoamento, conforme preceitua o art. 29 do Decreto nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro),

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Consulta Pública nº 05/2022 para receber contribuições acerca da minuta de Resolução que " Estabelece procedimento para registro dos regulamentos operacionais das concessionárias de transportes aquaviários, ferroviários e metroviário do Estado do Rio de Janeiro", na forma do Anexo Único.

Art. 2º - As contribuições deverão ser encaminhadas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, preferencialmente, pelo endereço eletrônico consultapublica@agetransp.rj.gov.br, em razão das medidas restritivas decorrentes da pandemia do COVID-19.

Parágrafo Único – Caso o interessado em apresentar contribuição não possua meios para o encaminhamento pelo endereço eletrônico indicado no caput, poderá fazê-lo, via Correios com aviso de

recebimento, no Departamento de Protocolo da AGETTRANSP, situado à Av. Presidente Vargas, 1.100 – 13º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20071-002 com a indicação - Consulta Pública AGETTRANSP nº 05/2022.

Art. 3º - As contribuições deverão conter o nome do remetente, o número de sua identidade, a redação que pretende dar aos dispositivos da minuta de resolução, eventuais supressões ou acréscimos e uma breve exposição dos motivos de cada sugestão.

Art. 4º - As sugestões serão apreciadas pelo Conselho Diretor da AGETTRANSP, podendo, se assim entender, submetê-las aos setores técnicos e jurídico da Agência para manifestação quanto a sua operacionalidade e exequibilidade.

Art. 5º - A Assessoria de Relações Institucionais, em conjunto com a Assessoria Técnica, providenciará a ampla divulgação da consulta pública no portal da AGETTRANSP – www.agetransp.rj.gov.br e nos demais canais de comunicação, nas quais estarão disponíveis a Minuta de Resolução e o endereço eletrônico para recebimento das sugestões na forma disciplinada nesta Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2022.

Murilo Leal
Conselheiro-Presidente

ANEXO ÚNICO
MINUTA RESOLUÇÃO AGETTRANSP

**ESTABELECE
PROCEDIMENTO
PARA REGISTRO
DOS
REGULAMENTOS
OPERACIONAIS
DAS
CONCESSIONÁRIAS
DE TRANSPORTES
AQUAVIÁRIOS,
FERROVIÁRIOS E
METROVIÁRIO DO
ESTADO DO RIO
DE JANEIRO**

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGETTRANSP, no uso das atribuições conferidas pelo disposto no art. 12, VII, do Regimento Interno e no inciso V do artigo 4º da Lei nº 4.555/2005, bem como no inciso VII do art. 15 do Decreto no 38.617/2005, e para atingimento das finalidades dispostas pela Lei nº 4.555, de 06 de Junho de 2005, com fundamento na Lei nº 8.987, de 1995,

CONSIDERANDO o disposto nos incisos II, V e VII do art. 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos V e VI do Art. 4º da Lei Estadual 4.555 de 06 de junho de 2005;

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula 10ª inciso XXVI do Oitavo Termo Aditivo ao contrato de concessão para exploração dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros - Supervia;

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula 11ª inciso XXVII do contrato de concessão para exploração dos serviços públicos de transporte metroviário de passageiros da linha 4 -Concessionária Rio Barra;

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula 10ª inciso XXV Sexto Termo Aditivo ao contrato de concessão para exploração dos serviços públicos de transporte metroviário de passageiros - Concessionária Metrô Rio;

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula 11ª inciso II do contrato de concessão de serviços públicos de transporte aquaviário de passageiros, carga e veículos do Estado do Rio de Janeiro - Concessionária CCR Barcas;

CONSIDERANDO a necessidade de regular os procedimentos para a homologação pela AGETRANSP do Regulamento Operacional das Concessionárias;

CONSIDERANDO o disposto no subitem V do item F das Diretrizes Estratégicas de Fiscalização,

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer a obrigatoriedade de apresentação dos Regulamentos Operacionais de todas as Concessionárias de serviços de transportes aquaviários, ferroviários e metroviários, para ciência e homologação da AGETRANSP.

§1º Quando houver quaisquer modificações nos procedimentos, constantes nos respectivos Regulamentos Operacionais das concessionárias, deverão ser encaminhadas a AGETRANSP, num prazo de 30 (trinta) dias após a sua emissão, para ciência e homologação.

§2º Excepcionalmente, quando a modificação se mostrar urgente em razão de situação que envolva risco operacional e/ou à integridade física dos usuários, funcionários da concessionária ou terceiros, a mesma poderá ser encaminhada à AGETRANSP em até 10 (dez) dias úteis após a sua emissão, com a devida justificativa.

§3º Na ausência do cumprimento dos itens descritos nos §1ºe §2º, a Concessionária deverá apresentar justificativa para a apreciação pelo CODIR. no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados após a emissão do regulamento operacional que, em sendo acolhida, afastará a aplicação de qualquer sanção.

Art. 2º. As Concessionárias e Permissionárias de transporte de passageiros aquaviários, ferroviários e metroviário, reguladas pela AGETRANSP, deverão encaminhar o primeiro Regulamento Operacional da Concessionária conforme previsto no Art. 1º, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data de entrada em vigor desta Resolução.

Art. 3º. Para efeitos desta Resolução serão adotadas as seguintes conceituações:

I - Regulamentos Operacionais: conjunto de documentos aplicados às atividades de operação e/ou manutenção das Concessionárias que estabelecem, de forma padronizada, como determinada tarefa ou conjunto de tarefas relacionadas à operação deverá ser executada e os responsáveis pela execução. São considerados documentos operacionais, mas a estes não se limitando: procedimentos, instruções, protocolos, rotinas, normas, regulamentos, manuais, planos e programas sempre que versarem sobre assuntos de operação e manutenção.

II – Homologação: Ato do Conselho Diretor apto a certificar que determinado documento operacional se encontra de acordo com quesitos constantes de documento normativo emitido pela Agência.

III – Registro: Ato da Câmara de Transportes e Rodovias – CATRA de indexar e armazenar, em banco de dados específico, Regulamento Operacional encaminhado à Agência em atendimento à determinação de ato normativo.

IV - Comunicação de Registro: Ato da Câmara de Transportes e Rodovias de informar, por ofício, à Concessionária que determinado Regulamento Operacional por ela encaminhado à Agência por força de documento normativo, encontra-se registrado.

V - Declaração de Validade: documento encaminhado anualmente à Agência em que a Concessionária declara que o Regulamento Operacional do ano anterior se encontra vigente e sem alterações.

Art. 4º. A Concessionária apresentará até o dia 30 de junho de cada ano seu respectivo Regulamento Operacional para homologação pelo Conselho Diretor – CODIR e Registro pela Câmara de Transportes e Rodovias – CATRA. Caso não tenha havido nenhuma alteração na versão anterior do Regulamento Operacional, deverá ser apresentada a Declaração de Validade.

Parágrafo Único. Na hipótese de ocorrer alguma atualização ou alteração nos investimentos previstos no contrato de concessão capaz de acarretar reflexos no Regulamento Operacional este deverá ser atualizado.

Art. 5º. A infração ao disposto nesta Resolução sujeita a Concessionária às sanções, aplicáveis pela AGETRANSP, previstas em norma específica, bem como àquelas constantes dos Contratos de Concessão.

Art. 6º. Os casos omissos serão apreciados pelo Conselho Diretor.

Art. 7º. Aplicam-se, supletivamente, a este procedimento, as normas do Regimento Interno desta Agência Reguladora.

Art. 8º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Documento assinado eletronicamente por **Murilo Provençano dos Reis Leal, Conselheiro Presidente**, em 14/06/2022, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **34458012** e o código CRC **04333E31**.

a efetivar a possibilidade de incentivar estabelecimentos industriais localizados no referido município. A Sra. Roberta Maia apontou que não foi elaborado o relatório de impacto econômico mercadológico. O Secretário Cassio Coelho se manifestou favorável ao pleito, visto que a requerente irá gerar um número considerável de novos postos de trabalho, beneficiando o desenvolvimento econômico da região e do Estado e propôs baixar o processo em diligência para elaboração do relatório de impacto econômico e mercadológico. **DECISÃO:** Os membros decidiram, por unanimidade, baixar em diligência o processo da Maltas Soluções em Aço Comércio e Industrial Ltda. ME. para que a instituição de ensino contratada pela SEDEERI elabore o relatório de impacto mercadológico e para que a SEFAZ verifique o cumprimento do art. 14 da LC 101/2000 (LRF) e 113 do ADCT, que versam sobre o estudo de impacto orçamentário, de modo a efetivar a possibilidade de incentivar estabelecimentos industriais localizados no referido município.

4.2. Atos Reciclagem e Logística LTDA. - PROCESSO Nº SEI-220010/000047/2022. Empresa recém constituída (2021) no município de Mendes, que ocupa uma área total construída de 360 m2 e denomina-se como uma recuperadora de materiais metálicos. A empresa busca enquadramento no regime fiscal tributário com o objetivo de melhoria de sua gestão financeira e aprimoramento de seu negócio a longo prazo. A requerente informa na carta consulta que se enquadra no referido regime, irá gerar 20 postos de trabalho no primeiro ano e estima finalizar o quinto ano com a geração total de 100 postos de trabalho. De acordo com o Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral (CISC), emitido pela SEFAZ, a unidade requerente tem como atividade principal a recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio. A SEFAZ registrou que não foram apresentados os documentos previstos no art. 11, da Lei nº 6.979/2015, tendo sido a requerente notificada por meio do Domicílio Eletrônico do Contribuinte - DEC. A CODIN opinou pelo indeferimento do pleito, tendo em vista que o projeto apresentado (processo produtivo) não se enquadra no regime tributário instituído pela Lei nº 6.979/2015. Diante do exposto, o Secretário Cassio Coelho se manifestou desfavorável ao pleito da empresa. **DECISÃO:** os membros decidiram, por unanimidade, indeferir o pleito da Atos Reciclagem e Logística Ltda., tendo em vista que a requerente não se enquadra no regime especial tributário instituído pela Lei nº 6.979/2015 e ressaltaram que na hipótese de a empresa estar utilizando tacitamente o incentivo fiscal condicionado, fica desde já desenhada, na forma do Art.12 do Decreto nº 47.201/2020, remetendo-se os autos à SEFAZ para prosseguimento.

4.3. Grande Rio Alimentos Ltda. - 220010-000413/2021. Fabricante de produtos de limpeza, localizada no município de Nova Iguaçu, a empresa informa na carta consulta que iniciou suas operações com a produção de sabão em barra, fabricado com resíduos bovinos, coletados junto à açougues, supermercados e frigoríficos e que em 2009, a iniciou a coleta de óleo vegetal pós consumo, para produção do sabão pastoso líquido da marca Barra. A empresa possui além da unidade fabril de saneantes, uma unidade de graxaria para produção farinha de carne e ossos, destinadas à indústria de ração animal, e sebo, para produção de sabão em barra. A SEFAZ sinalizou que a empresa não apresentou a declaração de inexistência de débito com o Sistema de Seguridade Social. A CODIN entendeu que o presente pleito se mostra interessante ao desenvolvimento econômico e social do Estado e opinou pelo deferimento, condicionado a apresentação de documentos faltantes apontados pela SEFAZ. A Sra. Priscila Sakalem observou que o município de Nova Iguaçu não constava na lista inicial dos municípios contemplados pela Lei nº 6.979/2015 e com isso, é necessário checar junto às Pastas competentes o cumprimento do art. 14 da LC 101/2000 (LRF) e 113 do ADCT, que versam sobre o estudo de impacto orçamentário, de modo a efetivar a possibilidade de incentivar estabelecimentos industriais localizados no referido município. **DECISÃO:** Os membros decidiram, por unanimidade, baixar em diligência o processo da Grande Rio Alimentos LTDA. para que a SEFAZ verifique se a requerente apresentou a declaração de inexistência de débito com o Sistema de Seguridade Social e verifique o cumprimento do art. 14 da LC 101/2000 (LRF) e 113 do ADCT, que versam sobre o estudo de impacto orçamentário, de modo a efetivar a possibilidade de incentivar estabelecimentos industriais localizados no referido município.

4.4. Metalúrgica Barra do Pirai S/A. - PROCESSO Nº SEI-220010/000227/2021. Pertencente ao Grupo MBP, sediada no município de Barra do Pirai, tem como atividade principal a fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial. A empresa já se encontra enquadrada no regime especial da Lei nº 6.979/2015, determinado pela Deliberação CPPDE nº 22/2015, no que tange a quatro NCMs, quais sejam: telhas (7308.90.90), painéis e rufos (7308.90.90), portas (7308.30.00) e kits e conjuntos industriais (9406.00.92 e 8418.69.99) e solicita a inclusão de NCMs ao rol de produtos autorizados à fruição do tratamento tributário especial, sendo eles: 39.03; 39.21; 72.08; 72.09; 72.10; 72.11; 72.16; 73.04; 73.05; 73.06 e 73.07. Apresentou um projeto representando investimentos da ordem de R\$ 23,95 milhões, já realizados R\$ 8,4 milhões em máquinas e equipamentos e instalações, e a geração de 46 postos de trabalho, entre 2022 e 2026. Ressaltou que a empresa possui o projeto "Associação Casa de Brincar" de responsabilidade social da empresa, criado em 2012, e voltado à causa de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista - TEA, que conta hoje com 66 crianças inscritas, com perspectiva de ampliar o atendimento para 130 crianças, em 5 anos. A SEFAZ informou que a empresa se encontra regular. A CODIN informou que a empresa apresentou todas as certidões fiscais e ambientais e opinou pelo deferimento, registrando que o presente pleito cumpriu os requisitos legais e mostra-se interessante ao desenvolvimento econômico do Estado. A Sra. Roberta Maia apontou que não foi elaborado o relatório de impacto econômico mercadológico. O Secretário Cassio Coelho considerando que a requerente se encontra regular e atendeu os requisitos legais, propôs baixar o processo em diligência para elaboração do relatório de impacto econômico e mercadológico. **DECISÃO:** Os membros decidiram, por unanimidade, baixar em diligência o processo da Metalúrgica Barra do Pirai S/A, para que a instituição de ensino contratada pela SEDEERI elabore o relatório de impacto econômico mercadológico.

4.5. Soufer Industrial LTDA. - PROCESSO Nº SEI-220010/000043/2022. Empresa que atua no beneficiamento de aço, especificamente na produção de tubos, telhas, perfis, chapas e perfilados, dentre outros produtos. A requerente é constituída desde 1966 no município de São João de Boa Vista/SP, tendo sua filial sido constituída em 2019, no município de Pinheiral no estado do Rio de Janeiro. Ressaltou que a empresa está enquadrada no incentivo fiscal instituído pela Lei nº 6.979/2015, desde 2019. A empresa solicita a alteração de endereço do estabelecimento CNPJ 44.915.444/0001-22 e I.E. 12.346.484 do município de Pinheiral, bairro Parque Maíra, para o município de Barra Mansa, no bairro Floriano, com vistas à ampliação da sua estrutura produtiva. O projeto apresentado representa investimentos da ordem de R\$ 26,2 milhões e a geração de 21 postos de trabalho, no primeiro ano, e estima finalizar o quinto ano com a geração total de 46 postos. A SEFAZ constatou a regularidade fiscal e cadastral da requerente, ressaltando que não há pendências. A CODIN informa que a empresa apresentou todas as certidões fiscais e ambientais, registrando que o presente pleito cumpriu os requisitos legais e mostra-se interessante ao desenvolvimento econômico e social do Estado. A Sra. Priscila Sakalem observou que o município de Barra Mansa não constava da lista de municípios originariamente contemplados pela Lei nº 6.979/2015, pelo que se faz necessário checar junto às Pastas competentes o cumprimento do art. 14 da LC 101/2000 (LRF) e 113 do ADCT, que versam sobre o estudo de impacto orçamentário, de modo a efetivar a possibilidade de incentivar estabelecimentos industriais localizados no referido município. A Sra. Roberta Maia apontou que não foi elaborado o relatório de impacto econômico mercadológico. O Secretário Cassio Coelho se manifestou favorável ao pleito, e propôs baixar em diligência o processo, para que seja elaborado o relatório de impacto econômico mercadológico. **DECISÃO:** Os membros decidiram, por unanimidade, baixar em diligência o pedido da Soufer Industrial Ltda. para que a instituição de ensino contratada pela SEDEERI elabore o relatório de impacto econômico mercadológico e para que a SEFAZ verifique o cumprimento

do art. 14 da LC 101/2000 (LRF) e 113 do ADCT, que versam sobre o estudo de impacto orçamentário, de modo a efetivar a possibilidade de incentivar estabelecimentos industriais localizados no referido município.

4.6. Pasta Fresca Alimentos LTDA. - PROCESSO Nº SEI-220010/000088/2022. Empresa constituída em 2020, no município de São Gonçalo, denominando-se como uma fabricante de massas frescas em implantação no estado do Rio de Janeiro. De acordo com o Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral (CISC), emitido pela Secretaria de Estado de Fazenda SEFAZ, a unidade requerente tem como atividade principal a fabricação de massas alimentícias e como atividades secundárias a fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos. Com a concessão do incentivo, a empresa prevê fazer frente a estes concorrentes, dispondo de preços mais competitivos, e atender a todos os grandes supermercados no estado do Rio de Janeiro, bem como usar distribuidores para a venda pulverizada nas redes menores e varejo no estado e fora do Estado. Pretende investir em máquinas e equipamentos, instalações, montagens/fretes, veículos, móveis e utensílios, treinamento, valores em torno de R\$ 215 mil e gerar 6 postos de trabalho, no primeiro ano prospectivo, e finalizar o quinto ano com 34 postos. A SEFAZ constatou a regularidade fiscal e cadastral da requerente, ressaltando que não há pendências. A CODIN informou que a empresa apresentou todas as certidões fiscais e ambientais e opinou pelo deferimento, registrando que o presente pleito cumpriu os requisitos legais e mostra-se interessante ao desenvolvimento econômico e social do Estado. A Sra. Priscila Sakalem observou que o município de São Gonçalo não constava na lista inicial dos municípios contemplados pela Lei nº 6.979/2015 e com isso, é necessário checar junto às Pastas competentes o cumprimento do art. 14 da LC 101/2000 (LRF) e 113 do ADCT, que versam sobre o estudo de impacto orçamentário, de modo a efetivar a possibilidade de incentivar estabelecimentos industriais localizados no referido município. A Sra. Roberta Maia apontou que não foi elaborado o relatório de impacto econômico mercadológico. O Secretário Cassio Coelho propôs baixar em diligência o processo, para que seja elaborado o relatório de impacto econômico mercadológico. **DECISÃO:** os membros decidiram por unanimidade, baixar em diligência o processo da Pasta Fresca Alimentos, para que a instituição de ensino contratada pela SEDEERI elabore o relatório de impacto mercadológico e para que a SEFAZ verifique junto às Pastas competentes o cumprimento do art. 14 da LC 101/2000 (LRF) e 113 do ADCT, que versam sobre o estudo de impacto orçamentário, de modo a efetivar a possibilidade de incentivar estabelecimentos industriais localizados no referido município.

5. Solicitação de enquadramento no regime tributário especial de ICMS previsto no Decreto nº 45.417/15 - 5.1. Casa Nunes Martins S/A Importadora e Exportadora - E-11003/71/2016. Empresa atacadista localizada no município do Rio de Janeiro. Atua no ramo alimentício, abastecendo com cereais, alimentos industrializados, bebidas e pescados, os hotéis, bares, restaurantes e confeitarias do Estado do Rio de Janeiro. A SEFAZ atestou a regularidade fiscal e cadastral da empresa. A CODIN informou que a empresa não apresentou informações relevantes solicitadas na carta consulta, o que impossibilitou a análise do impacto econômico e social, principalmente no que tange a geração de empregos. Em virtude disso, a CODIN opinou pelo indeferimento do pleito, sob alegação que a empresa deixou de apresentar pontos relevantes ao entendimento do projeto. Entretanto, em que pese tenha opinado pelo indeferimento, sugeriu baixar o processo em diligência para que a requerente complemente as informações solicitadas na carta consulta. **DECISÃO:** Os membros decidiram, por unanimidade, baixar em diligência o processo da Casa Nunes Martins S/A Importadora e Exportadora para a CODIN instar a empresa a complementar a carta consulta, no prazo de 30 dias a contar da publicação desta Ata, sob pena de indeferimento do pleito.

6. Solicitação de enquadramento no regime tributário especial de ICMS previsto no Decreto nº 44.868/14 - 6.1. GNR Dois Arcos Valorização de Biogás Ltda. - E-12/169/87/2017. A Usina de Tratamento de Biogás do Aterro Dois Arcos foi inaugurada em agosto de 2014 e atua na produção de biometano. A Usina tem capacidade de produzir até 15 mil m3 por dia de biometano, cerca de 5,5 milhões de m3 por ano. Além disso, está inserida no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e evitará que 76.000 toneladas equivalentes de CO2 sejam lançadas na atmosfera anualmente, ajudando a minimizar a emissão de gases estufa e contribuindo positivamente para as futuras gerações. A Usina está localizada no bairro de Alecrim, em São Pedro da Aldeia e tem como objetivo captar o biogás gerado no Aterro Dois Arcos e purificá-lo, visando a produção de gás natural de fontes renováveis. O projeto da empresa representa investimentos da ordem de R\$ 23 milhões. Ressaltou que não existem informações sobre a existência, ou não, de empregados diretos e tampouco indiretos e que não foram apresentadas estimativas ou previsões de geração de empregos com a fruição do regime especial. A CODIN informou que a empresa apresentou todas as certidões fiscais e ambientais e opinou pelo deferimento, registrando que o presente pleito se mostra interessante ao desenvolvimento econômico e social do Estado. A SEFAZ opinou pelo indeferimento do pleito, visto que a auditoria fiscal realizou ação fiscal específica e apurou irregularidades cadastrais da empresa junto à JUCERJA. A CODIN informou que a requerente regularizou sua situação cadastral e propôs baixar em diligência para que seja apurada a regularidade da requerente. **DECISÃO:** diante do exposto, os membros decidiram, por unanimidade, baixar em diligência para que a SEFAZ verifique se a empresa regularizou sua situação cadastral junto à JUCERJA. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião, mandando que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes, ou por seus representantes, e pelos convidados.

Presidente da CPPDE:

CÁSSIO DA CONCEIÇÃO COELHO

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Membros:

NICOLA MOREIRA MICCIONE

Representando o Secretário de Estado da Casa Civil

ALVARO LUIZ SAVIO

Representando o Secretário de Estado de Fazenda

Convidados:

RAFAEL LYRIO

Diretor de Incentivos Fiscais da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

PRISCILA SAKALEM

Governadoria do Estado do Rio de Janeiro

ALENA CRUZ

Assessora do Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

ROBERTA SIMÕES MAIA

Secretaria Executiva da CPPDE

MICHELLE TRINDADE MACHADO

Secretaria Executiva da CPPDE

Id: 2401007

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO CONSELHEIRO PREIDENTE DE 15/06/2022

PRORROGA, por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da sindicância, instituída pela PORTARIA AGENERSA Nº 732 DE 12 DE MAIO DE 2022, publicada no Diário Oficial de 16/05/2022. Processo Nº SEI-220007/001298/2022.

Id: 2401197

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA AGERIO PR Nº 151 DE 10 DE JUNHO DE 2022

EXONERA EMPREGADO NA FORMA QUE MENCIONA.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A., no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas no item III, do artigo 19, do Estatuto Social da AGÊNCIA. Proc. nº SEI-220009/000003/2022,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o assessor especial, Pedro Mota Di Filippo, matrícula nº 246.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2022

ANDRE LUIZ VILA VERDE OLIVEIRA DA SILVA
Presidente

Id: 2401077

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO CONSELHEIRO PRESIDENTE

PORTARIA AGETRANS Nº 394 DE 14 DE JUNHO DE 2022

CONSULTA PÚBLICA Nº 05/2022 - MINUTA DE RESOLUÇÃO QUE "ESTABELECE PROCEDIMENTO PARA REGISTRO DOS REGULAMENTOS OPERACIONAIS DAS CONCESSIONÁRIAS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO."

O CONSELHEIRO-PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGETRANS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com base no que consta do Processo SEI-220008/000176/2020,

CONSIDERANDO:

- a decisão do Conselho Diretor na 20ª Reunião Interna Extraordinária, realizada no dia 17 de novembro de 2021 e;

- a necessidade e conveniência de viabilizar oportunidade para que a sociedade civil, as concessionárias reguladas e os órgãos de controle possam se manifestar a respeito da proposta de minuta com vistas ao seu aperfeiçoamento, conforme preceitua o art. 29 do Decreto nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro),

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Consulta Pública nº 05/2022 para receber contribuições acerca da minuta de Resolução que " Estabelece procedimento para registro dos regulamentos operacionais das concessionárias de transportes aquaviários, ferroviários e metroviários do Estado do Rio de Janeiro", na forma do Anexo Único.

Art. 2º - As contribuições deverão ser encaminhadas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, preferencialmente, pelo endereço eletrônico consultapublica@agetrans.rj.gov.br, em razão das medidas restritivas decorrentes da pandemia do COVID-19.

Parágrafo Único - Caso o interessado em apresentar contribuição não possua meios para o encaminhamento pelo endereço eletrônico indicado no caput, poderá fazê-lo, via Correios com aviso de recebimento, no Departamento de Protocolo da AGETRANS, situado à Av. Presidente Vargas, 1.100 - 13º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20071-002 com a indicação - Consulta Pública AGETRANS nº 05/2022.

Art. 3º - As contribuições deverão conter o nome do remetente, o número de sua identidade, a redação que pretende dar aos dispositivos da minuta de resolução, eventuais supressões ou acréscimos e uma breve exposição dos motivos de cada sugestão.

Art. 4º - As sugestões serão apreciadas pelo Conselho Diretor da AGETRANS, podendo, se assim entender, submetê-las aos setores técnicos e jurídico da Agência para manifestação quanto a sua operacionalidade e exequibilidade.

Art. 5º - A Assessoria de Relações Institucionais, em conjunto com a Assessoria Técnica, providenciará a ampla divulgação da consulta pública no portal da AGETRANS - www.agetrans.rj.gov.br e nos demais canais de comunicação, nas quais estarão disponíveis a Minuta de Resolução e o endereço eletrônico para recebimento das sugestões na forma disciplinada nesta Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2022

MURILO LEAL Conselheiro-Presidente

ANEXO ÚNICO

MINUTA RESOLUÇÃO AGETRANS

ESTABELECE PROCEDIMENTO PARA REGISTRO DOS REGULAMENTOS OPERACIONAIS DAS CONCESSIONÁRIAS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGETRANS, no uso das atribuições conferidas pelo disposto no art. 12, VII, do Regimento Interno e no inciso V do artigo 4º da Lei nº 4.555/2005, bem como no inciso VII do art. 15 do Decreto no 38.617/2005, e para atingimento das finalidades dispostas pela Lei nº 4.555, de 06 de Junho de 2005, com fundamento na Lei nº 8.987, de 1995,

CONSIDERANDO o disposto nos incisos II, V e VII do art. 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos V e VI do Art. 4º da Lei Estadual 4.555 de 06 de junho de 2005;

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula 10ª inciso XXVI do Oitavo Termo Aditivo ao contrato de concessão para exploração dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros - Supervia;

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula 11ª inciso XXVII do contrato de concessão para exploração dos serviços públicos de transporte metroviário de passageiros da linha 4 -Concessionária Rio Barra;

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula 10ª inciso XXV Sexto Termo Aditivo ao contrato de concessão para exploração dos serviços públicos de transporte metroviário de passageiros - Concessionária Metrô Rio;

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula 11ª inciso II do contrato de concessão de serviços públicos de transporte aquaviário de passageiros, carga e veículos do Estado do Rio de Janeiro - Concessionária CCR Barcas;

CONSIDERANDO a necessidade de regular os procedimentos para a homologação pela AGETRANS do Regulamento Operacional das Concessionárias;

CONSIDERANDO o disposto no subitem V do item F das Diretrizes Estratégicas de Fiscalização,

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer a obrigatoriedade de apresentação dos Regula-

mentos Operacionais de todas as Concessionárias de serviços de transportes aquaviários, ferroviários e metroviários, para ciência e homologação da AGETRANSP.

§1º Quando houver quaisquer modificações nos procedimentos, constantes nos respectivos Regulamentos Operacionais das concessionárias, deverão ser encaminhadas a AGETRANSP, num prazo de 30 (trinta) dias após a sua emissão, para ciência e homologação.

§2º Excepcionalmente, quando a modificação se mostrar urgente em razão de situação que envolva risco operacional e/ou à integridade física dos usuários, funcionários da concessionária ou terceiros, a mesma poderá ser encaminhada à AGETRANSP em até 10 (dez) dias úteis após a sua emissão, com a devida justificativa.

§3º Na ausência do cumprimento dos itens descritos nos §1º e §2º, a Concessionária deverá apresentar justificativa para a apreciação pelo CODIR, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados após a emissão do regulamento operacional que, em sendo acolhida, afastará a aplicação de qualquer sanção.

Art. 2º. As Concessionárias e Permissionárias de transporte de passageiros aquaviários, ferroviários e metroviário, reguladas pela AGETRANSP, deverão encaminhar o primeiro Regulamento Operacional da Concessionária conforme previsto no Art. 1º, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data de entrada em vigor desta Resolução.

Art. 3º. Para efeitos desta Resolução serão adotadas as seguintes conceituações:

I - Regulamentos Operacionais: conjunto de documentos aplicados às atividades de operação e/ou manutenção das Concessionárias que estabelecem, de forma padronizada, como determinada tarefa ou conjunto de tarefas relacionadas à operação deverá ser executada e os responsáveis pela execução. São considerados documentos operacionais, mas a estes não se limitando: procedimentos, instruções, protocolos, rotinas, normas, regulamentos, manuais, planos e programas sempre que versarem sobre assuntos de operação e manutenção.

II - Homologação: Ato do Conselho Diretor apto a certificar que determinado documento operacional se encontra de acordo com quesitos constantes de documento normativo emitido pela Agência.

III - Registro: Ato da Câmara de Transportes e Rodovias - CATRA de indexar e armazenar, em banco de dados específico, Regulamento Operacional encaminhado à Agência em atendimento à determinação de ato normativo.

IV - Comunicação de Registro: Ato da Câmara de Transportes e Rodovias de informar, por ofício, à Concessionária que determinado Regulamento Operacional por ela encaminhado à Agência por força de documento normativo, encontra-se registrado.

V - Declaração de Validade: documento encaminhado anualmente à Agência em que a Concessionária declara que o Regulamento Operacional do ano anterior se encontra vigente e sem alterações.

Art. 4º. A Concessionária apresentará até o dia 30 de junho de cada ano seu respectivo Regulamento Operacional para homologação pelo Conselho Diretor - CODIR e Registro pela Câmara de Transportes e Rodovias - CATRA. Caso não tenha havido nenhuma alteração na versão anterior do Regulamento Operacional, deverá ser apresentada a Declaração de Validade.

Parágrafo Único. Na hipótese de ocorrer alguma atualização ou alteração nos investimentos previstos no contrato de concessão capaz de acarretar reflexos no Regulamento Operacional este deverá ser atualizado.

Art. 5º. A infração ao disposto nesta Resolução sujeita a Concessionária às sanções, aplicáveis pela AGETRANSP, previstas em norma específica, bem como àquelas constantes dos Contratos de Concessão.

Art. 6º. Os casos omissos serão apreciados pelo Conselho Diretor.

Art. 7º. Aplicam-se, supletivamente, a este procedimento, as normas do Regimento Interno desta Agência Reguladora.

Art. 8º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Id: 2400918

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

ATO DA SUBSECRETARIA-EXECUTIVA

PORTARIA SEINFRA Nº 224 DE 13 DE JUNHO DE 2022

INSTITUI COMISSÃO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 032/2022, CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS, COMO CONTRATANTE, E A CONSTRUTORA R2X LTDA, COMO CONTRATADA.

A SUBSECRETARIA-EXECUTIVA DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Resolução SEINFRA nº 126, de 21 de outubro de 2021, com fulcro no art. 1º, inciso XII, a qual dispõe sobre a delegação de competência para a prática como Ordenador de Despesas, de atos de gestão orçamentária, financeira, contratual e licitatória, e dá outras providências,

CONSIDERANDO:

- que a Administração Pública tem o poder-dever de planejar, gerenciar, acompanhar e fiscalizar a atuação da contratada, de modo a garantir o adimplemento do objeto contratado, bem como detectar, antecipadamente, práticas em desconformidades ou defeituosas, inerente ao Processo nº SEI-170026/000496/2022;

- a necessidade de padronização dos procedimentos atinentes à gestão e fiscalização dos contratos administrativos;

- a importância de propiciar aos agentes públicos, de forma sintetizada e objetiva, orientações de caráter preventivo;

- o disposto nos arts. 67, 73 e 74 da Lei Federal nº 8666, de 21 de junho 1993, e no art. 239 da Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979; e

- o contido no Processo nº SEI-170026/000496/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Designa a comissão para o acompanhamento e fiscalização do CONTRATO nº 032/2022, celebrado entre o ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS e a empresa CONSTRUTORA R2X LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 18.796.728/0001-37, cujo objeto é a ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DE OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DE CONJUNTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL COM 320 UNIDADES HABITACIONAIS NA AV. ITAÓCA Nº 2.277, BAIRRO: INHAÚMA (COMPLEXO DO ALEMÃO).

I - GESTOR DO CONTRATO

Monyque Valim De Oliveira, ID: 5107494-0

II - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Gleudson Portela Teixeira - ID Funcional nº 5122827-0 (PRESIDENTE)

Ariel De Lima Antunes - ID Funcional nº 5121218-8

Emerson Pereira Da Silva - ID Funcional nº 5122663-4

Art. 2º - Caberá ao Gestor e aos Fiscais da Comissão, os atos concernentes ao acompanhamento da execução do contrato, além do previsto nos artigos 12 e 13 do Decreto Estadual nº 45.600/2016, incumbindo-lhes:

I - verificar se a execução do contrato está sendo realizada em conformidade com o objeto do mesmo;

II - anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou impropriedades observadas;

III - adotar, no limite de sua competência, as providências que julgar necessárias à preservação dos interesses do Estado, promovendo a atestação dos documentos fiscais e praticando os demais atos indispensáveis à boa e regular execução do contrato sob sua responsabilidade; e

IV - solicitar a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis, as providências que ultrapassem a competência da Comissão de Fiscalização.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 2022

LANDIJARA LÚCIA SILVA DUARTE
Subsecretária-Executiva

Id: 2401118

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

PORTARIA SEINFRA Nº 225 DE 13 DE JUNHO DE 2022

INSTITUI COMISSÃO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 036/2022, CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS, COMO CONTRATANTE, E A KROFMAN COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, COMO CONTRATADA.

A SUBSECRETARIA-EXECUTIVA DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Resolução SEINFRA nº 126 de 21 de outubro de 2021, com fulcro no art. 1º, inciso XII, a qual dispõe sobre a delegação de competência para a prática como Ordenador de Despesas, de atos de gestão orçamentária, financeira, contratual e licitatória, e das outras providências,

CONSIDERANDO:

- que a Administração Pública tem o poder-dever de planejar, gerenciar, acompanhar e fiscalizar a atuação da contratada, de modo a garantir o adimplemento do objeto contratado, bem como detectar, antecipadamente, práticas em desconformidades ou defeituosas, inerente ao Processo nº SEI-170026/002217/2021;

- a necessidade de padronização dos procedimentos atinentes à gestão e fiscalização dos contratos administrativos;

- a importância de propiciar aos agentes públicos, de forma sintetizada e objetiva, orientações de caráter preventivo;

- o disposto nos arts. 67, 73 e 74 da Lei Federal nº 8666, de 21 de junho 1993, e no art. 239 da Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979; e

- O contido no Processo nº SEI-170026/002217/2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Designa a comissão para o acompanhamento e fiscalização do CONTRATO Nº 036/2022, celebrado entre o ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS e a empresa KROFMAN COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 46.480.432/0001-48, cujo objeto é a ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DE OBRA PARA A REVITALIZAÇÃO DA AVENIDA RUI BARBOSA, NO MUNICÍPIO DE MACAÉ - RJ.

I - GESTOR DO CONTRATO

Monyque Valim de Oliveira, ID: 5107494-0

II - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Emerson Pereira da Silva - ID Funcional nº 5122663-4 (PRESIDENTE)

Ariel de Lima Antunes - ID Funcional nº 5121218-8

Gleudson Portela Teixeira - ID Funcional nº 5122827-0

Art. 2º - Caberá ao Gestor e aos Fiscais da Comissão, os atos concernentes ao acompanhamento da execução do contrato, além do previsto nos artigos 12 e 13 do Decreto Estadual nº 45.600/2016, incumbindo-lhes:

I - verificar se a execução do contrato está sendo realizada em conformidade com o objeto do mesmo;

II - anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou impropriedades observadas;

III - adotar, no limite de sua competência, as providências que julgar necessárias à preservação dos interesses do Estado, promovendo a atestação dos documentos fiscais e praticando os demais atos indispensáveis à boa e regular execução do contrato sob sua responsabilidade; e

IV - solicitar a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis, as providências que ultrapassem a competência da Comissão de Fiscalização.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 2022

LANDIJARA LÚCIA SILVA DUARTE
Subsecretária-Executiva

Id: 2401119

Secretaria de Estado de Polícia Militar

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

ATOS DO SECRETÁRIO

De 08.06.2022

EXONERA, com validade a contar de 26 de maio de 2022, TEN CEL PM RG 54.607 **ANDRÉ SANTOS DE SOUZA**, ID. Funcional 22136142, do cargo em comissão de Comandante, símbolo DAS-7, do 28º Batalhão de Polícia Militar - 28º BPM, da Secretaria de Estado de Polícia Militar. Proc. nº SEI-350088/000544/2022.

EXONERA, com validade a contar de 26 de maio de 2022, TEN CEL PM RG 56.478 **LOURIVAL DO NASCIMENTO JÚNIOR**, ID. Funcional 21651477, do cargo em comissão de Comandante, símbolo DAS-7, do 38º Batalhão de Polícia Militar - 38º BPM, da Secretaria de Estado de Polícia Militar. Proc. nº SEI-350088/000543/2022.

EXONERAR, com validade a contar de 27 de maio de 2022, TEN CEL PM RG 60.914 **ANDRÉ ARAÚJO DE OLIVEIRA**, ID. Funcional 24871583, do cargo em comissão de Comandante, símbolo DAS-7, do 15º Batalhão de Polícia Militar - 15º BPM, da Secretaria de Estado de Polícia Militar. Proc. SEI 350088/000542/2022.

EXONERA, com validade a contar de 23 de maio de 2022, MAJ PM RG 65.120 **FELIPE GALVÃO MOTTA**, ID. Funcional 24493252, do cargo em comissão de Assistente, Símbolo DAS-6, Chefe da Seção de Movimentação - SM/DGP, da Secretaria de Estado de Polícia Militar. Proc. nº SEI-350088/000538/2022.

EXONERA, com validade a contar de 23 de maio de 2022, MAJ PM RG 80.474 **ANDRÉ MENDES DA FONSECA FERRAZ**, ID. Funcional 5956803, do cargo em comissão de Assistente, Símbolo DAS-6, Chefe da 4ª Seção da Diretoria Geral de Ensino e Instrução - DGEI/4, da Secretaria de Estado de Polícia Militar. Proc. nº SEI-350088/000540/2022.

EXONERA, com validade a contar de 20 de abril de 2022, CEL PM RG 54635 **VANTUIL DA SILVA COUTINHO**, ID. Funcional 24877220, do cargo em comissão de Subdiretor Administrativo, símbolo DAS-6, do Hospital da Polícia Militar de Niterói - HPM/Nit, da Secretaria de Estado de Polícia Militar. Proc. nº SEI-350088/000574/2022.

EXONERA, com validade a contar de 31 de maio de 2022, CEL PM RG 56113 **ALEX SILVEIRA DA SILVA**, ID. Funcional 23931442, do cargo em comissão de Subcorregedor Administrativo, símbolo DAS-7, da Corregedoria Geral Interna, da Secretaria de Estado de Polícia Militar. Proc. nº SEI-350088/000566/2022.

NOMEIA, com validade a contar de 23 de maio de 2022, MAJ PM RG 72.634 **SILVANA COUTO CHAVES**, ID. Funcional 324488313, no cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, Chefe da Seção de Movimentação - SM/DGP, da Secretaria de Estado de Polícia Militar, anteriormente ocupado por MAJ PM RG 65.120 - **FELIPE GALVÃO MOTTA** - ID. Funcional 24493252 Proc. nº SEI-350088/000539/2022.

NOMEIA, com validade a contar de 03 de maio de 2022, TEN CEL PM RG 55.559 **IVAN DO ESPIRITO SANTO ARAÚJO**, ID. Funcional 5901758, no cargo em comissão de Subdiretor Administrativo, símbolo DAS-6, do Hospital da Polícia Militar de Niterói - HPM/Nit, da Secretaria de Estado de Polícia Militar, anteriormente ocupado por CEL PM RG 54.635 - **VANTUIL DA SILVA COUTINHO** - ID. Funcional 24877220 Proc. nº SEI 350088/000576/2022.

NOMEIA, com validade a contar de 16 de maio de 2022, MAJ PM RG 63379 **CATIANE MARINHO FERREIRA**, ID. Funcional 23720654, no cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, Chefe da 2ª Seção da Diretoria de Finanças, da Secretaria de Estado de Polícia Militar, anteriormente ocupado por **EUDES MENDES SILVA**, TEN CEL PM RG 77.453, ID. Funcional 05927471. Proc. nº SEI-350088/000567/2022

NOMEIA, com validade a contar de 23 de maio de 2022, MAJ PM RG 72.662 **LEANDRO VASCONCELLOS MOREIRA**, ID. Funcional 24472441, no cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, Chefe da 4ª Seção da Diretoria Geral de Ensino e Instrução - DGEI/4, da Secretaria de Estado de Polícia Militar, anteriormente ocupado por MAJ PM RG 80.474 - **ANDRÉ MENDES DA FONSECA FERRAZ** - ID. Funcional 05956803. Proc. nº SEI-350088/000541/2022

DE 14.06.2022

NOMEIA, com validade a contar de 13 de maio de 2022, **ALEXANDRE MOTA BARBOSA**, ID. Funcional 19610157, no cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Polícia Militar, anteriormente ocupado por **VIVIANE MIRANDA SILVA DO NASCIMENTO** - ID. Funcional 50059068. Proc. nº SEI-350088/000481/2022.

Id: 2400903

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

ATO DO SECRETÁRIO

DE 20.06.2022

NOMEAR, com validade a contar de 20 de junho de 2022, **NATHALIA DINIZ CARNEIRO**, CPF nº 120.791.747-89, para exercer o cargo em comissão de Assistente II, Símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Polícia Militar, anteriormente ocupado por **FÁBIO CARDOSO QUEIROGA**, ID. Funcional 20246960. Processo nº SEI- 350088/000406/2022.

RETIFICAÇÃO

D.O. DE 26/04/2022

PÁGINA 10 - 2ª COLUNA

ATOS DO SECRETÁRIO

DE 12.04.2022

PROCESSO Nº SEI-35/0089/001183/2022 - **ANDREA GLÓRIA DO AMARAL**

Onde se lê: ... anteriormente ocupado por **EDUARDO PEDRINI DE HOLANDA CAVALCANTE** - ID. Funcional 50183400.

Leia-se: ... anteriormente ocupado por **CRISTIANI BORGES MORELLI** - ID. Funcional 8745889.

Id: 2401014

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

DE 14.06.2022

PROCESSO Nº SEI-350139/002886/2022 - AUTORIZO, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

PROCESSO Nº SEI-350111/000791/2022 - AUTORIZO, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

PROCESSO Nº SEI-350071/001269/2022 - AUTORIZO, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

PROCESSO Nº SEI-350041/003382/2022 - AUTORIZO, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

Id: 2401204

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DESPACHO DO SECRETÁRIO

DE 09.06.2022

PROCESSO Nº SEI-350169/002014/2020 - Empresa REFORÇO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA, registrada no CNPJ nº 03.318.817/0001-09 - **DECIDO** pela aplicação da penalidade das seguintes sanções: (I) impedimento de licitar e contratar com administração pública estadual por 04 (quatro) meses, e consequente, descredenciamento no SIGA por 04 (quatro) meses, conforme previsto, respectivamente, no artigo 7º da Lei nº 10.520/02, do Contrato nº 094/2020, Cláusula XIII, por falhar na execução contratual, o inadimplemento inescusável de obrigação assumida pelo contratado.

Id: 2401019

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DESPACHO DO SECRETÁRIO

DE 09.06.2022

PROCESSO Nº SEI-350094/000613/2021 - Empresa CRYSTAL COMERCIO E SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA, anteriormente denominada RHTF SERVIÇOS DE PESQUISA LTDA, registrada no CNPJ sob o nº 24.436.087/0001-02. - **DECIDO** pela aplicação da penalidade das seguintes sanções: (I) impedimento de licitar e contratar com a administração pública do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 1 (um) mês, conforme previsto no art. 7 da Lei 10.520/2002, bem como, na cláusula XIII, do Pregão Eletrônico SRP nº 033/2021, por falhar na execução contratual, sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado.

Id: 2401015